

# Editorial

O ano de 2020 trouxe inúmeros desafios para a manutenção das atividades acadêmicas, pois a gravidade e a imprevisibilidade impostas pelo quadro de pandemia global afetaram de forma dramática a área da educação e, com isso, recrudescer a centralidade do papel da ciência e do conhecimento científico como único caminho de solução para esta encruzilhada infligida por um vírus desconhecido que provocou um rápido adoecimento coletivo.

Neste momento de tamanhas dificuldades, que nos impôs o trabalho remoto nas Universidades, se acentua a primordialidade da produção científica de qualidade, por isso, é grande a nossa satisfação em termos cumprido nossa missão de disponibilizar um espaço qualificado de divulgação da pesquisa na área jurídica, mesmo neste ano incomum que entrará para a história e que desafiou a comunidade científica e sua articulação na produção e na publicação de estudos de relevância. É ainda nesse cenário que a *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos* disponibiliza seu 86º número como forma de contribuir para o avanço científico na área do Direito, disponibilizando artigos nacionais e estrangeiros de autoria de pesquisadores de diversas instituições qualificadíssimas.

De início, Mohamed Arafa, professor da Alexandria University of Law do Egito, Lucas Reis da Silva e Rafael Moreno de Santiago Santos, ambos vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tratam da influência da Primavera Árabe nas manifestações ocorridas em 2013, no Brasil, que conduziram ao *Impeachment* da, então, Presidente da República.

Em seguida, Frederik Dhondt, da Vrije Universiteit Brussel da Bélgica, trata das distinções estruturais entre o debate eleitoral francês e o belga, determinando os posicionamentos fixados em cada país a partir da interação entre forças e poderes atuantes no tema.

Cynara Monteiro Mariano e Isabelly Cysne Maia, pesquisadoras da Universidade Federal do Ceará, na sequência, indicam como as narrativas pós-modernas influenciaram a criação de deformações no paradigma da eficiência e da democracia no Brasil, dissertando, igualmente, sobre os desdobramentos desse fenômeno.

Daniel Iglesias Márquez, afiliado à Universidad de Sevilla da Espanha, avalia o reconhecimento dos crimes ambientais como ativador da competência da Corte Penal Internacional como estratégia de resposta à atual crise ambiental, explorando, por outro lado, a inclusão de crimes ambientais no Estatuto de Roma.

Continuamente, Mateus Bertoncini e Vinícius Rafael Presente, associados ao Centro Universitário Curitiba do Paraná, analisam como o processo de mutação na gestão estatal e a crise do Estado moderno contribuíram para a noção de Governança na Administração Pública brasileira.

Rogério Gesta Leal, docente da Universidade de Santa Cruz do Sul do Rio Grande do Sul, trata do controle de integridade, refletindo acerca do *compliance* no aperfeiçoamento dos sistemas internos de controle da Administração Pública no Brasil.

Em diante, Marcelo Kokke, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, propõe uma releitura da Lei Anticorrupção, com enfoque na abordagem da corrupção privada, que evitam os programas de integridade como fatores relevantes para evitar vulnerabilidade jurídica e desastres ambientais.

João Francisco Kleba Lisboa, da Universidade de Brasília, investiga a farra do boi e as sensibilidades jurídicas envolvidas no caso de proibição pelo Poder Judiciário, criando uma análise antropológica e jurídica, simultaneamente.

Sequencialmente, Rafael Peteffi da Silva e Sabrina Jiukoski da Silva, vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina, enfrentam o problema acerca da aquisição de lucros por intervenção em direitos subjetivos alheios, retratando a realidade de Portugal como Norte, pois o país em questão já debate esse tema há quase quatro décadas.

Por derradeiro, Clarindo Epaminondas de Sá Neto, da Universidade Federal de Santa Catarina, George Lucas Souza Diógenes e José Albenes Bezerra Júnior, da Universidade Federal Rural do Semiárido, demarcam o espaço que os métodos privados de resolução de conflitos possuem no ordenamento jurídico constitucional brasileiro.

Apesar de todos os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, a *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos* viabiliza a publicação de pesquisas profundas e metodologicamente sérias, de modo a fazer evoluir o pensamento jurídico em temas cada vez mais importantes, dada a complexidade social, econômica e política do Brasil e do mundo. Agradecemos aos autores, aos avaliadores, aos colaboradores técnicos e aos responsáveis pela construção dialógica e democrática deste número.

Desejamos uma excelente leitura a todos!

*Norma Sueli Padilha*

Editora-Chefe

*Priscilla Camargo Santos*

Editora-Assistente